



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CAMILA MONTEIRO TAVARES**

**O Religioso no Espaço Público: Um estudo de caso da cidade de Ponte Nova**

**VIÇOSA - MINAS GERAIS**

**2018**

**CAMILA MONTEIRO TAVARES**

**O Religioso no Espaço Público: Um estudo de caso da cidade de Ponte Nova**

*Monografia, apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.*

**Orientador: Fabrício Roberto Costa Oliveira**

**VIÇOSA - MINAS GERAIS**

**2018**

## AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer a todos que de alguma forma, contribuíram para que essa monografia chegasse à sua conclusão.

Agradeço a Deus pela força espiritual em cada oração de desespero e ansiedade que ocorria. Agradeço meus pais, Jorge e Diva, pelo suporte financeiro e juntamente com minha irmã Carina, por toda palavra de apoio.

Aos entrevistados que se dispuseram a me ajudar. Sei o quanto o tempo está curto para todos e vocês colaboraram grandemente para que essa monografia tomasse forma.

Agradeço também, aos colegas da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que entenderam às vezes, meu comportamento triste e minhas faltas, nas vindas à Viçosa.

Meu querido orientador Fabrício, que sempre foi muito amigo, incentivador e não me deixou desanimar. Sempre dando muita força, e entendendo meus problemas e lutas diárias na estrada.

E por último e não menos importante, agradeço ao meu Amor Hugo. Que primeiramente foi aquele que me deu mais força para que eu me formasse em Bacharel. E mesmo à distância não deixou de me apoiar, me dar forças e prestar ajudas para que eu concluísse a monografia. Você é minha inspiração diária.

Obrigada a todos!

## **RESUMO**

Esse trabalho é uma reflexão sobre religião e os espaços públicos no Brasil. Tem-se como unidade de análise específica a retirada dos símbolos religiosos dos ambientes públicos, como escolas, prefeitura e repartições públicas, na cidade de Ponte Nova–MG. Tal fato se deu por iniciativa do então prefeito, nos primeiros dias de mandato, Dr. Taquinho Linhares, em 2005. Fizemos um recorte entre o ano do episódio, o ano de término do mandato e o mandato atual, para tentar desvendar desdobramentos dessa atitude. Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi investigar o processo de retirada, mas também, como foi a volta desses símbolos aos espaços públicos. A metodologia desse trabalho se debruçou em três instrumentos: a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a entrevista semiestruturada. Concluiu-se que ainda muito se fala sobre o assunto, e quando citam, sempre usam a palavra “polêmica”. Sendo a população ponte-novense de uma origem católica, notou-se após todo o trabalho, que essa atitude foi bastante repudiada por seus moradores.

**Palavras-chave:** Símbolos religiosos; espaços públicos; laicidade.

## **ABSTRACT**

This work is a reflection on religion and public spaces in Brazil. It has as a specific unit of analysis the withdrawal of religious symbols from public environments, such as schools, city hall and public offices, in the city of Ponte Nova-MG. This fact happened by the initiative of the mayor, Dr. Taquinho Linhares, on the first days of his term, in 2005. We made an analysis of the year in which that episode took place, the year Dr. Taquinhos's term ended and the current term, in order to try to figure out the unfolding of that attitude. Thus, the objective of this work was to investigate the removal process, but also, how the returning of these symbols to public spaces occurred. The methodology used for this work was based on three factors: the bibliographical research, the documentary analysis and the semi-structured interview. We came to a conclusion that much is still being said about this subject, and when people mention it, they always use the word "polemic." Being the population of Ponte Nova from a Catholic upbringing, it was noticed, after all this work, that this attitude was quite repudiated by the city's inhabitants.

**Key words:** Religious symbols; public spaces; secularism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Mapa de Minas Gerais .....	14
Figura 2 Igreja Matriz de São Sebastião – Ponte Nova - MG.....	15
Figura 3 Capa da Folha De Ponte Nova, 14/01/2005.....	17
Figura 4 Reportagem da Folha de Ponte Nova, 14/01/2005.....	18
Figura 5 Reportagem da Folha de Ponte Nova, 14/01/2005.....	18
Figura 6 Capa da Folha de Ponte Nova, 21/01/2005.....	20
Figura 7 Reportagem da Folha de Ponte Nova, 21/01/2005.....	21
Figura 8 Reportagem da Folha de Ponte Nova, 28/01/2005.....	23
Figura 9 Coluna “Leitor Escreve” da Folha de Ponte Nova, 28/01/2005.....	24
Figura 10 Folha de Ponte Nova, 18/02/2005.....	25
Figura 11 Coluna “Leitor Escreve” da Folha de Ponte Nova, 18/02/2005.....	26
Figura 12 Reportagem da Folha de Ponte Nova, 24/10/2008.....	31
Figura 13 Prefeito Wagner Mól, em uma reunião.....	32
Figura 14 Prefeito Wagner Mól, em uma reunião.....	32
Figura 15 Prefeito Wagner Mól, em uma reunião.....	33
Figura 16 Câmara Municipal de Ponte Nova.....	33
Figura 17 Crucifixo, indicado, na Escola Municipal Otávio Soares.....	34
Figura 18 Crucifixo, indicado, na Escola Municipal Doutor José Mariano.....	34

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I - ESPAÇOS PÚBLICOS E RELIGIÃO.....	10
1.1 O Brasil e a questão dos Crucifixos.....	10
1.2 A Questão da Laicidade no jornal FOLHA DE SÃO PAULO.....	12
1.3 O catolicismo em Ponte Nova.....	14
CAPÍTULO II – OS SÍMBOLOS RELIGIOSOS EM PONTE NOVA.....	17
CAPÍTULO III – A VOLTA DOS SÍMBOLOS RELIGIOSOS EM PONTE NOVA.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37
ANEXOS.....	39

## INTRODUÇÃO

O principal objetivo desse trabalho é problematizar como se dá a relação entre religião e a laicidade no Brasil, estudando o uso de símbolos religiosos nos espaços públicos de um município do interior de Minas Gerais, Ponte Nova. Uma cidade tradicionalmente muito católica<sup>1</sup> e que contava com a utilização de diversas imagens religiosas em seus recintos públicos, prédio principal e praças, havendo grande repercussão quando isso fora questionado por um prefeito que tomara posse.

Em 2004, foi eleito como prefeito de Ponte Nova pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) Luiz Eustáquio Linhares, mais conhecido como Dr. Taquinho Linhares. Em 2005, dias após sua posse, ordenou a retirada de todas as repartições públicas, incluindo a sede da prefeitura, creches, escolas, secretarias e departamentos, todos os símbolos e sinais religiosos. O prefeito que se identificava como espírita, teve como principal argumento, que o Estado brasileiro é laico, ou seja, sem religião oficial, por isso em Ponte Nova, os símbolos deveriam ser retirados. Esta foi considerada uma atitude polêmica, desrespeitosa e mesmo desnecessária para grande parte da população.

Tal questão tomou conta dos noticiários regionais e o tema se reproduzia no cotidiano local. Há diversas discussões a respeito do hábito de se usar símbolos religiosos, principalmente os crucifixos, mas também, imagens de santos, em repartições públicas. Historicamente foi percebido que o laicismo, juntamente com a secularização<sup>2</sup>, deu origem a Estados ditos laicos, nos quais as instituições consideradas públicas e a sociedade civil independem no que diz respeito às diretrizes e aos dogmas religiosos, e no mínimo, teoricamente, não se aceita a intervenção direta de quaisquer organizações religiosas nos assuntos da política do Estado.

Dessa maneira, o Estado laico deveria tratar todos os cidadãos, da mesma forma, independente de religião ou credo e não deveria dar preferência a nenhum cidadão e/ou a nenhuma religião específica. Entretanto, será que isso realmente acontece? Será que o “Deus seja Louvado”, das notas do nosso Real, respeita e atende o que a Constituição reza? E a Constituição prega esse Estado Laico em todo seu texto? É o que se pretende desvendar ao longo desse trabalho.

---

<sup>1</sup> De acordo com o último senso feito em 2010, o número de católicos chegava a 44.543, 80,4% da população ponte - novense

<sup>2</sup> Peter Berger afirma que “secularização é o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos” (1985, p. 119).



Para descrever o entendimento de religião vamos nos subsidiar em Geertz (1989). Segundo ele existem dois conceitos fundamentais que descrevem, objetivamente a religião – *ethos* e visão de mundo. Estes conceitos pressupõem que os símbolos ditos sagrados estabelecem uma relação harmoniosa, bastante fundamental, entre um estilo de vida particular, o *ethos*, e uma metafísica específica, a visão de mundo. Isto quer dizer, então, que a religião adequa as práticas do ser humano a uma ordem cósmica, e isso é programado no plano das experiências humanas, ou seja, ao que ocorre no dia a dia de cada um.

Geertz (1989, p. 67) define, então, a religião como sistema simbólico que estabelece disposições nos agentes sociais:

Um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceito os de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas.

Adentrando aos símbolos religiosos, vimos ainda em Geertz, que ele usa a cruz, para demonstrar que um símbolo “é qualquer objeto, ato, acontecimento, qualidade ou relação que serve como vínculo a uma concepção” (...) (Geertz, 1989, p. 105), ou seja, o que para muitos é algo natural e até invisível nas paredes, para outros é dotado de total significação e que, portanto, deve ser digno de devoção e respeito.

Vamos trabalhar algumas destas questões ao abordar a retirada dos símbolos religiosos dos ambientes públicos, como escolas, prefeitura e repartições públicas, na cidade de Ponte Nova – MG. Procurou-se investigar o processo de retirada, mas também, como se deu a volta desses símbolos aos espaços públicos.

No capítulo 1 iremos tratar como a questão dos crucifixos em repartições públicas é algo recorrente, bem como essa questão polêmica foi tratada várias vezes em uma coluna de um dos mais importantes jornais do país, a Folha de São Paulo. O catolicismo na cidade de Ponte Nova, também será analisado neste capítulo.

No capítulo 2 chegaremos ao estudo de caso sobre Ponte Nova. Veremos como o episódio do ex-prefeito Taquinho Linhares ocorreu e qual foi o seu resultado. Faremos uma análise das diversas repercussões e consequências em torno desta questão.

No capítulo 3 trataremos os resultados desse acontecimento depois de passados alguns anos, quando os símbolos religiosos voltaram às repartições públicas, analisando como foi a volta desses símbolos em Ponte Nova. Por fim, faremos as considerações finais do trabalho.

## CAPÍTULO I – ESPAÇOS PÚBLICOS E RELIGIÃO

### 1.1 O Brasil e a questão dos Crucifixos

O símbolo religioso mais comum de encontrarmos nas paredes das repartições públicas e que ainda causa diversas polêmicas é o crucifixo. Amparando-nos no argumento de Emerson Giumbelli (2011, p. 82) de que “a discussão sobre os crucifixos parece acentuar a polissemia da noção, pois, como se nota, a defesa da permanência do objeto não é acompanhada de um ataque à laicidade”.

Giumbelli (2011) desenvolve o argumento de que a manutenção ou não dos crucifixos espalhados pelos espaços públicos fica a cargo de cada responsável - prefeitos, juizes, presidentes – por diversas razões, uma delas é a tradição que o crucifixo carrega. Giumbelli (2011) afirma que a tradição da cultura cristã é argumento para continuidade do crucifixo:

Sem discordar de que no Brasil o Estado é laico, aponta que não há no ordenamento do jurídico brasileiro, incluindo o artigo 19<sup>3</sup> da Constituição Federal, proibição expressa para o uso de qualquer símbolo religioso. O fato de este símbolo ser um crucifixo explica-se pela tradição ou pela cultura cristã brasileira (Giumbelli, 2011, p. 81).

A laicidade pode ser tratada como uma neutralidade, e para muitos representantes dos espaços públicos, isto não seria uma identificação, seriam imparciais quantos aos símbolos (Giumbelli, 2011, p.83). Não obstante, para outros, esse argumento de neutralidade não justificava o respeito e a preferência que os responsáveis tinham pela religião.

O juiz, Átila da Rold Roesler, comenta diversos temas contemporâneos e acredita que apesar de toda a cultura cristã o Estado não poderia legitimar a utilização dos crucifixos em espaço público:

Nessa perspectiva, parece claro que o Estado não tem o direito de ostentar símbolos religiosos, sejam eles quais forem. Mas em função da forte influência cristã em nossa sociedade, tornou-se bastante comum a colocação de crucifixos em repartições públicas, especialmente em escolas, no Judiciário e no Legislativo. Isso fez com que muitos não-cristãos se sentissem incomodados em sua fé e postulassem a sua retirada com base nos princípios constitucionais já citados. A questão não é nova e de certa forma já foi enfrentada pelo Judiciário, o que demonstra a polêmica do assunto. Entretanto, parece claro que um Estado neutro não poderia ser identificado com fé alguma. (ROESLER, Átila da Rold. O Estado não tem o direito de ostentar

<sup>3</sup> Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

símbolos religiosos, 2010. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=7252](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7252)>. )

No mesmo sentido citamos Sottomaior (2009) que apresenta a defesa da retirada dos símbolos religiosos: “se não há religião oficial, também não pode haver religião ‘não oficial, mas preferida’, o que daria no mesmo. Como as repartições no Estado laico irão exibir exatamente os mesmos símbolos religiosos que exibiam quando o regime era confessional?” (Sottomaior 2009, apud Giumbelli 2011, p. 83).

Entende-se, dessa maneira, que a nossa cultura está inserida profundamente numa civilização cristã e “a fé passou a integrar o *ethos* nacional” (Nalini, 2005, apud Giumbelli, 2011, p.84). Gilberto de Mello Kujawski (2007) ajuda a fomentar o argumento de que os símbolos já fazem parte da história e da cultura do país e neste caso, acaba por relativizar a necessidade da retirada de todas as imagens dos espaços públicos:

O Estado brasileiro é laico e está separado da Igreja. Sim, mas entre Estado e Igreja persiste, ainda e sempre, o vínculo social e cultural da religiosidade católica vigente entre nós durante cinco séculos [...] A religião coletiva é um fenômeno histórico de longa duração, um uso arraigado no corpo social, impregnando as pessoas e as instituições de forma duradoura e persistente, um nexos social que não pode ser extirpado por lei nem por decreto. Do ponto de vista jurídico, separação não é o mesmo que divórcio. (Kujawski 2007, apud Giumbelli, 2011, p.84)

A ideia de que a “separação” não seria um “divórcio” é um argumento que procura defender tolerância em relação aos objetos religiosos. Se entre juristas e intelectuais a temática causa grande debate, entre os religiosos católicos a defesa dos símbolos se constitui numa defesa do próprio catolicismo.

O cardeal Orani João Tempesta<sup>4</sup> (2010) também cita, no blog “O Testemunho de Fé”<sup>5</sup>, sua premissa em defesa dos símbolos religiosos:

Um país laico é aquele que respeita todas as religiões e sabe acolher a cultura de seu povo [...] A cultura cristã e católica integra a história de nosso país [...] Trata-se, antes de tudo, de uma questão de preservação da memória de nossa história e das raízes culturais da nossa identidade brasileira. Querer coibir a ostentação dos símbolos da cultura que berçou e construiu a nossa história é, isto sim, um verdadeiro sinal de intolerância. (Tempesta, 2010, p.84)

<sup>4</sup> Orani João Tempesta é um monge cisterciense e cardeal brasileiro, décimo oitavo bispo do Rio de Janeiro, sendo seu sétimo arcebispo e sexto cardeal. É o filho mais jovem de uma família descendente de italianos do interior de São Paulo.

<sup>5</sup> Pode ser acessado em: <http://otestemunhodefede.blogspot.com.br/2010/08/>

O Cardeal procura enfatizar uma questão identitária e quase uma naturalidade na utilização dos simbólicos como se fosse algo próprio da cultura nacional, sendo uma intolerância a retirada de tais símbolos. Seguindo essa linha de estudos, no próximo tópico mostraremos como um dos maiores jornais do Brasil, a Folha de São Paulo<sup>6</sup>, tratou várias vezes, em uma de suas colunas, a questão da laicidade.

## 1.2 A Questão da Laicidade no jornal FOLHA DE SÃO PAULO

Ives Gandra da Silva Martins, em seu texto “A Ditadura do Laicismo” (2009)<sup>7</sup>, na coluna da Folha de São Paulo, argumenta fortemente que há uma obrigatoriedade da retirada dos símbolos religiosos das repartições públicas por uma minoria, impondo a um número incontável de pessoas, algo diferente da cultura pela qual foram criados e acostumados. Segundo Martins (2009):

Uma visão deturpada do Estado laico, que não é UM ESTADO SEM DEUS, mas um Estado em que a liberdade de pensar é plena e não pode reputar-se ameaçada pelo respeito às tradições do povo e do País. Numa democracia, é a maioria que deve decidir os seus destinos. E a maioria acredita em Deus.

Amparando ainda, em Martins (2009), percebe-se que essa laicidade que é a principal influência para a retirada dos símbolos religiosos deveria, então, impedir que todos usufríssem dos feriados religiosos. Este colunista vê incoerência entre as decisões. Martins (2009) afirma que eles próprios usufruirão dos feriados religiosos:

Os próprios juízes daquela Corte, que decidiram contra a presença dos crucifixos – símbolo integrante da cultura da esmagadora maioria dos cidadãos italianos -, certamente também festejarão as festas natalinas, presentearão familiares e amigos e comemorarão a data de confraternização mundial, por excelência, talvez, a mais importante para a difusão da paz e da fraternidade entre os povos.

Outro autor que argumenta contra a laicidade, do mesmo modo que Martins (2009), utilizando também os feriados, como exemplo, é Walter Ceneviva. Também na coluna da Folha de São Paulo, com o texto “Laico, mas nem tanto”<sup>8</sup> (2000), ele diz que o “Estado laico,

<sup>6</sup> **Folha de S.Paulo** é um jornal brasileiro editado na cidade de São Paulo e o maior jornal de circulação do Brasil em formato digital e o terceiro no formato impresso, com médias diárias respectivas de 189.254 e 146.641 exemplares, no ano de 2015, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação.

<sup>7</sup> Pode ser acessado em: <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0711200908.htm>

<sup>8</sup> Pode ser acessado em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2406200004.htm>:

no Brasil, não é muito verdadeiro, porque os vínculos com as religiões existem(...)" (Ceneviva, 2000).

O autor ainda argumenta que há um grande predomínio do catolicismo<sup>9</sup>. E alguns dos feriados nacionais religiosos, no caso os católicos, ofende, muitas vezes, o direito de trabalho dos pertencentes às outras religiões e deles se manifestarem de forma contrária a maioria. Ceneviva (2000) afirma:

A mais evidente desconsideração pelo direito dos que têm outras religiões é o feriado nacional de 12 de outubro, dedicado à padroeira (católica) do Brasil, sem falar no dia de Nossa Senhora da Conceição (8 de dezembro) e até mesmo no Natal, celebrando o nascimento de Jesus Cristo, o mais importante dos dias santificados para nós, católicos. Cada feriado decretado em homenagem a fato ou pessoa de qualquer religião, proibindo, por exemplo, atividades no trabalho, comércio ou indústria, corresponde a uma inconstitucionalidade, pela ofensa às regras do Estado laico que, em tempos mais recentes, também vêm sendo atingidas pelo forte envolvimento da religião e da política, com recursos captados do povo, alterando o equilíbrio das relações sociais.

Ceneviva no texto "As religiões e a constitucionalidade"<sup>10</sup> (2005), da mesma coluna, também discorre sobre a inconstitucionalidade da laicidade, e que se "levado o constitucionalismo ao extremo, até certos nomes de cidades brasileiras (Natal, Salvador e São Paulo, por exemplo), vinculados ao cristianismo, seriam proibidos" (Ceneviva, 2005).

Dessa maneira, acrescentaremos ao nosso debate, como a história que aconteceu em Ponte Nova, em 2005, opera uma possível conexão à polêmica dos símbolos religiosos nas repartições públicas. Trata-se, neste caso de uma questão nacional que encontrou ressonância local.

---

<sup>9</sup> Catolicismo é um termo amplo para o corpo da fé católica, a sua teologia, doutrinas, liturgia, princípios éticos, e características comportamentais, bem como um povo religioso como um todo. Países em que atua: Inglaterra, Brasil, Vaticano, Itália e Europa Continental.

Sede: Vaticano, Roma.

Orientação: Católica.

<sup>10</sup> Pode ser acessado em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1510200509.htm>

### Capítulo 1.3 – O catolicismo em Ponte Nova

O catolicismo é um dos maiores e principais segmentos do cristianismo, e congloba, ainda no momento, a maior comunidade de cristãos existente no mundo. Segundo estudos recentes, um número por volta de um bilhão de pessoas diz serem adeptas ao catolicismo.

O Brasil é um dos maiores redutos de católicos. A partir de dados do IBGE<sup>11</sup>, o número de brasileiros que dizem professar a religião católica girava em torno de 125 milhões, isto é, três quartos do número da população total do Brasil.

De acordo com o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas<sup>12</sup>, Minas Gerais também possui um número expressivo de adeptos ao catolicismo. Podemos analisar pela tabela no Anexo 1.

Ponte Nova é uma cidade da Zona da Mata de Minas Gerais, de 60.361 habitantes<sup>13</sup>, localizada a 180km da capital Belo Horizonte, com um número de católicos de 44.543, de evangélicos de 9.359 e espíritas de 1.471.<sup>14</sup>



Figura 1 - Mapa de Minas Gerais - Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu-Image MinasGerais MesoMicroMunicip.svg, own work

<sup>11</sup> Dados de 2013.

<sup>12</sup> Fundação Getúlio Vargas (muitas vezes abreviada como FGV ou simplesmente GV) é uma instituição de ensino superior brasileira, fundada em 20 de dezembro de 1944 com o objetivo inicial de preparar pessoas qualificadas para a administração pública do Brasil.

<sup>13</sup> População estimada em 2017, pelo IBGE.

<sup>14</sup> Último senso em 2010.

Nota-se, a partir de dados da Prefeitura Municipal de Ponte Nova<sup>15</sup>, que o catolicismo na cidade, também, é bastante forte desde quando a cidade ainda era uma pequena sesmaria. Esse documento cita que:

Em terreno da Fazenda do Vau-Açu, doado pelo padre João do Monte Medeiros, foi construída a Capela de São Sebastião e Almas, filial da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Monte do Furquim, pertencente à Mariana, em 1770. O povoado que se desenvolveu em torno da capela e às margens do Rio Piranga ficou conhecido, inicialmente, como São Sebastião da Ponte Nova. A paróquia foi criada em 1832 através de uma lei da Regência Trina do Império. (DADOS PREFEITURA,2015)

Um dos principais pontos turísticos da cidade de Ponte Nova, é a Matriz de São Sebastião, sob proteção do santo padroeiro da cidade, construída com o estilo gótico. A cidade possui, ainda, outras paróquias importantes, como São Pedro e Santíssima Trindade.



Figura 2 – Igreja Matriz de São Sebastião – Ponte Nova - MG - Fonte: Matriz de São Sebastião - Mapio.net

A tradição católica se reforça com as tradicionais festas populares na cidade. Além da festa do padroeiro, no dia 20 de janeiro, na qual ocorrem procissões, leilões e missas campais, em Ponte Nova também há um fervor muito grande pela Santinha de Nossa Senhora Aparecida. Nota-se uma fé extremamente incontestável. Diversosromeiros percorrem 12 km, a pé, em busca de alguma graça, ou como forma de agradecimento pelo pedido alcançado.

Dessa forma, percebe-se que Ponte Nova tem uma cultura bastante religiosa, tanto que após um levantamento político feito por nós, de 2004 a 2012<sup>16</sup> encontramos diversos

<sup>15</sup> Ponte Nova (MG). Prefeitura. 2015.

<sup>16</sup> Pode ser acessado em: <http://eleicoespolitica.com>  
<http://g1.globo.com/mg/minas-gerais/apuracao/pontenova.html>

candidatos a vereadores religiosos. Vários deles já foram eleitos, lembrando que já houve um prefeito na cidade que era padre<sup>17</sup>.

Todavia, um episódio ocorrido em 2005 movimentou a pacata população pontenovense. O recém-eleito e empossado prefeito, Dr. Taquinho Linhares, do PSB<sup>18</sup>, decidiu por retirar de todas as repartições públicas, as imagens de santos, crucifixos e demais símbolos religiosos. E é sobre isso que discorreremos no capítulo a seguir.

---

<sup>17</sup> Ademir Ragazzi foi, durante o período entre 1992 e 1994, prefeito de Ponte Nova.

<sup>18</sup> O Partido Socialista Brasileiro é um partido político brasileiro que segue a ideologia socialista democrática. Foi criado em 1947 a partir da Esquerda Democrática, até ser extinto por força do Ato Institucional nº 2, de 1965.

**Fundação:** 6 de agosto de 1947, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

**Posição política:** Centro-esquerda

**Ideologia:** Social-democracia, Socialismo democrático

Pode ser acessado em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido\\_Socialista\\_Brasileiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Socialista_Brasileiro)



## CAPÍTULO II – OS SÍMBOLOS RELIGIOSOS EM PONTE NOVA

Há um argumento de que o Estado não deve ser religioso, isto posto, não seria possível ocorrer a presença de qualquer símbolo religioso nos prédios públicos. Por essa razão, esse pressuposto poderia ser contrariado, pois, embora o Estado não seja efetivamente religioso, ele tem uma população a quem deve servir e isso poderia modificar as vertentes as quais o Estado se debruça.

Os cidadãos, no que lhes dizem respeito, levam juntos deles suas respectivas histórias, seus patrimônios culturais e o mais importante, o seu patrimônio moral, ou seja, sua trajetória de vida, que na maioria das vezes, é rondada pelo cristianismo e pelo catolicismo. Desse modo, pode-se afirmar que esse assunto gera calorosas discussões. Assim, esse episódio foi de grande repercussão na cidade mineira e até no Brasil. Muito se especulou sobre o assunto. Diversos meios de comunicação escreveram e fizeram algumas reportagens sobre isso, desde o principal jornal da cidade até o maior veículo de informação, conhecido em âmbito nacional, o Jornal Nacional.

Foi feita uma busca de material, através de documentos, reportagens e entrevistas, com moradores da cidade, funcionários da prefeitura, cargos de confiança do prefeito. Vejamos algumas capas e reportagens de jornais da época:



Figura 3 – Capa da Folha De Ponte Nova, 14/01/2005



Figura 4 – Reportagem da Folha de Ponte Nova, 14/01/2005



Figura 5 – Reportagem da Folha de Ponte Nova, 14/01/2005

Como forma de justificar sua atitude, o ex-prefeito Taquinho Linhares disse que sua medida era moderna e garantiria os direitos dos cidadãos. Entretanto, para boa parte da população, isso não fez sentido algum, pois não “vestiram a carapuça”, e não aceitaram essa atitude do recém empossado prefeito.

Observa-se então que na primeira semana, dias após o anúncio do prefeito sobre sua decisão, houve grande manifestação no principal veículo de comunicação da cidade. Os

padres das três principais paróquias da cidade se pronunciaram totalmente contra a decisão do prefeito. O padre Darci ressaltou que “os servidores se inspiravam nos símbolos para trabalhar”. Além disso, ele desqualifica o prefeito em seus primeiros dias de mandato, quando diz que o prefeito tentou desviar a atenção da população, com essa atitude, ao invés de focar nos “reais problemas” que a cidade poderia ter. Fernando Capez, em um de seus artigos, levanta um argumento que justifica o que o Padre Darci disse. Capez cita:

A retirada de símbolos já instalados, mesmo que em repartições públicas, leva à alteração de uma situação já consolidada em um país composto por uma quase totalidade de adeptos da fé cristã, e agride desnecessariamente os sentimentos de milhões de brasileiros, apenas para contentar a intolerância e a supremacia da vontade de um restrito grupo de pessoas. (Capez, 2009)

Muito se foi dito pelo ex-prefeito como tentativa de justificar sua ação. Um ponto que chamou bastante atenção foi quando ele disse que estava tomando aquela atitude em comparação à retirada dos cinzeiros, ou seja, estava retirando algo que parecia ser sem importância e que atulhava a repartição pública.

Entretanto, a maioria da população não pensava como o prefeito e por isso, aquele procedimento se tornou tão polêmico. Silva (2016, p.158) afirma que “a sociedade brasileira já se acostumou com a presença de símbolos religiosos nos espaços públicos. Em geral, a sociedade não estranha essa presença, pelo contrário, convive de forma pacífica enxergando os símbolos com naturalidade”. Ou seja, a população, que em sua maior parte, é cristã e católica, não vê nenhum problema em conviver com aqueles símbolos em suas paredes.

Taquinho Linhares, em todas as entrevistas que concedia, dizia que havia tomado aquela decisão para “acabar com a discriminação”, ou melhor, ele acreditava que os símbolos religiosos, nos recintos públicos, ofendiam a religião de um ou de outro. Ainda assim, a população ponte-novense não via daquela forma.

Desse modo, podemos nos debruçar no argumento de Giumbelli (2011, p.88), quando ele dizia que em geral se estaria defendendo a maioria:

Os defensores da permanência do crucifixo tendem a argumentar em favor da noção da maioria, o que corresponde a uma destruição política das minorias. Estas têm o direito de existir, mas devem se acomodar (“tolerar”) o que seria a vontade das majorias. Já os defensores da retirada do crucifixo têm em vista uma sociedade composta de minorias, na qual a maioria detenha um papel politicamente limitado.

A polêmica perdurou por bastante tempo nas capas dos jornais. Concomitantemente, houve manifestações, debates em torno do assunto, entrevistas do ex-prefeito e opiniões, contrárias e a favor dessa tão discutível atitude.



Figura 6 – Capa da Folha de Ponte Nova, 21/01/2005

# Proibição de imagens é notícia nacional. Prefeito reúne-se com diretoras escolares

## As posições distintas do padre Claret e do arcebispo

O padre Antônio Claret Fernandes, assessor do Movimento dos Atingidos por Barragens e pároco em Granada-Abre Campo, manifestou-se por e-mail em 19/1: "Nem os santos - muito menos Deus - ficaríamos aborrecidos com a retirada das imagens. Além disso, a própria Igreja orienta para que haja menos santos, inclusive nos seus templos, buscando pedagogicamente mostrar a centralidade de Cristo", diz ele.

O padre Claret, irmão do padre Darci, lamenta o fato da polêmica ganhar conotação política. "As pessoas, antes indiferentes, agora se sentem traídas na sua fé e voto/poder. Um vereador disse que tirar o santo das escolas é tirar a Igreja Católica de lá. De repente, católicos pouco assíduos se tornam arautos do catolicismo", pondera padre Claret, dando voto de confiança a Taquinho: "Conhecemos boa parte de sua equipe e, ao que tudo indica, a composição se deu por critérios de competência/eficiência/profissionalismo, sem apadrinhamento ou favores, numa reavaliação no modo de se fazer política. Num quadro de quase falência na administração pública, é instigante ver uma pessoa com coragem e ânimo para dar eficiência ao Executivo Municipal. A carência histórica de lideranças fez Ponte Nova perder seu posto de cidade-pólo. Além dos problemas internos, houve confusão e mistura entre coisa pública e particular. Enquanto isso, o lixão e o esgoto aguardam solução adequada. Há moradias precárias, em área de risco, falta emprego e alguns empresários se articulam, mais preocupados com seus negócios - ou com os agronegócios? - do que com o bem do povo", arrisca o padre, para concluir: "Que tal transformar a indignação com as imagens dos santos em santa indignação, empunhando juntos a bandeira da mudança em Ponte Nova?"



Neste 19/1, o arcebispo de Mariana, dom Luciano Mendes de Almeida, divulgou nota, via padre Darci Fernandes Leão, vigário episcopal da Arquidiocese, defendendo o direito de cada um "expressar com liberdade sua fé e seu modo de pensar num mundo pluralista, onde devemos nos educar para o diálogo, o respeito sincero e a busca da verdade e do bem".

"As leis devem promover a liberdade e não dos impor barreira. Os sinais e símbolos religiosos expressam nossos valores e manifestam nosso anseio de servir ao próximo. Não há contradição entre manifestar os próprios valores e igualmente respeitar os valores do próximo", sublinha o arcebispo.

"É preciso compreender com profundidade o sentido desses símbolos", assinala o arcebispo para acrescentar: "A eliminação de sinais, símbolos religiosos reflete uma posição de intolerância que não pertence à liberdade democrática. E deve, portanto, ser revista. Esta situação é tanto mais importante quando significa o dever de consultar a população à respeito", sugere dom Luciano.

Defendendo maturidade nas decisões, dom Luciano é incisivo: "O respeito ao próximo não se manifesta pela eliminação do que cada um aprecia e estima, mas pela valorização fraterna do que expressam sua cidadania e religiosidade. A sociedade fraterna não se constrói com muros e exclusões, mas com valores que geram concordância e alegria na busca conjunta da verdade".

O arcebispo conclui: "Certamente, a Prefeitura de Ponte Nova, fiel ao compromisso democrático, saberá consultar o povo e descobrir o que aproxima e cria comunhão, deixando de lado normas que atropelam a liberdade mais profunda da pessoa humana, a de manifestar sua paz e a concordância em suas convicções e valores".

Repercussão nacionalmente a decisão do prefeito Taquinho Linhares (PSB), proibindo manifestações de religiosidade em espaço público municipal. O caso virou notícia no Jornal Nacional da TV Globo, em 18/1. No dia seguinte, gerou reportagem no MGTV/Globo Minas e, em 20/1, mereceu uma página (com chamada de capa) no jornal O Tempo/BH.

### Fala o prefeito

Linhares lamentou que um dos itens de suas propostas de ação tenha sido "pinçado" pela imprensa durante sua recente entrevista coletiva. Ele informou que os quadros retirados do prédio-sede da Prefeitura foram entregues ao Setor de Patrimônio. E informa que, antes do início das aulas, reúne-se com diretoras, vices e coordenadoras de ensino para definir como será o processo de retirada de imagens e quadros das escolas.

"Não vamos discutir só isso. Há que se definir como será o modelo de educação e também o ensino religioso, ouvindo as diferentes religiões. E deveremos ter espaços ecumênicos para orações, meditações e reflexões", deseja Linhares. O prefeito disse pela TV Globo que pode editar decreto sobre o assunto, mas pondera que deve resolver tudo no entendimento.

Pelo jornal O Tempo, Linhares disse que mantém o feriado religioso municipal de 20/1, dia de São Sebastião - padroeiro de Ponte Nova - mas pondera que o privilégio dos santos católicos pode acabar, caso se reivindique feriados para outras religiões.

### Padres insistem

Já na tarde de 17/1, os padres Darci Fernandes e José Sena, párocos de São Sebastião e da Santíssima Trindade, foram ao gabinete do prefeito reivindicar



revisão da medida. "Apenas ouvimos dele seu posicionamento, que continuou não nos convencendo", afirmou a esta FOLHA o padre Darci.

"Depois de muito pedir a audiência, estivemos lá em nome de pessoas de bom senso. Continuamos reivindicando e, se não formos atendidos, podemos convocar a população para uma manifestação pacífica", finalizou Darci, que divulgou nota do arcebispo de Mariana, Dom Luciano Mendes de Almeida (leia nesta página).

### Crucifixo continua

O presidente da Câmara Municipal/PN, Wagner Guimarães (PFL), afirmou que o crucifixo do plenário não será retirado. "Todos os vereadores são cristãos e o crucifixo é a certeza que Ele está ressuscitado. E sem a presença de Deus não somos nada", resume Wagner, que espera ações administrativas com mudanças de melhoria para a cidade, "o que não é o caso da proibição de imagens".

## Evangélico e espírita avaliam

Esta FOLHA ouviu o pastor Pedro Marques de Oliveira, da Igreja Assembleia de Deus. Para o pastor, seria melhor se o prefeito tivesse o povo antes. O pastor acredita para que tudo acabe bem e assinou: "Imagens não têm muito significado e pouco acrescentam na fé de cada um. Mas é importante aceitar o credo dos outros", declarou ele, para exemplificar com outro episódio: "Em São Paulo, há alguns anos, o presidente da Câmara retirou imagem de santo do Legislativo e houve um diálogo com os evangélicos para se manter a decisão do presidente".

Integrante da Fraternidade Espírita Paz e Renovação, Mazarelo Lana Mafra diz que a doutrina espírita é adotada pelo prefeito - nada tem a ver com a atitude dele. "Tanto faz ter imagem ou não. Respeitamos todos os religiosos e acreditamos que os evangélicos são mais rigorosos nesse aspecto. Não houve ofensa a ninguém, se a Constituição prevê a não manifestação de culto em espaços públicos. Algumas pessoas são re-

fratárias a mudanças, e tudo o que vier para o progresso é bem-vindo", conclui ela.

### Falando à imprensa

O jornalista Ismar Madeira, da Rede Globo, esteve na cidade em 17/1 e ouviu, além do prefeito Taquinho, o vigário episcopal padre Darci Fernandes e a vereadora Valéria Alvarenga (PSDB), ambos contra a decisão. As funcionárias públicas Vilma Vieira (católica) e Maria Aparecida Silva (budista) aceitaram a posição do prefeito. E pessoas da rua disseram que "tem coisa mais importante a serem feitas na cidade do que 'perseguir' os santos". O comerciante Paulo Carvalho discorda de Taquinho e disse que "está formada uma divisão entre religiões".

O jornal O Tempo ouviu Stella Varella Vianna, que lamentou: "Ao invés de melhorar as ruas, o prefeito fica mexendo com a fé das pessoas". Elizabeth Vicari acha que a ação da Prefeitura deveria se restringir aos problemas sociais.

## No feriado, secretariado debate os procedimentos financeiros

Ao contrário do boato, a Prefeitura/PN observou ontem, 20/1, o feriado religioso para o funcionalismo. Mas o secretariado do do prefeito Taquinho Linhares (PSB) trabalhou durante boa parte do dia, num encontro destinado a uniformizar procedimentos relativos às licitações e do orçamento, às licitações e a outros aspectos financeiros.

Cuidou-se, ainda, dos preparativos para a 2ª edição do chamado "governo itinerante", a partir das 9h deste domingo, 21/1, na Cidade Nova. Pode ser ótima oportunidade para se debater a situação da obra do centro comunitário local.

Segundo Linhares, "descobrimos que a administração anterior fletiu obra do centro comunitário e pagou a empreiteira pela obra, que só agora começa a ser feita".

A irregularidade é similar à do projeto do asfalto de acesso à Ana Florência, que foi embargado. As explicações para o embargo - e outros itens de interesse local - foram dadas na



Ontem, 20/1, os principais assessores da Prefeitura se reuniram por várias horas

experiência do "governo itinerante", feita em Ana Florência neste 14/1. Os moradores priorizam reclamações sobre as construções cheias do ribeirão Oratório.

Esgoto - Em 19/1, o prefeito esteve na Fundação Estadual do Meio Ambiente, em BH, entregando documentos que viabilizam a licença de instalação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), no Pachecoquinha.

Figura 7 - Reportagem da Folha de Ponte Nova, 21/01/2005

A repercussão foi tamanha que o Arcebispo de Mariana da época, Dom Luciano, divulgou uma nota contra a atitude do ex-prefeito. Ele afirmou que aquilo que o prefeito estava fazendo mostrava como ele estava sendo intolerante e que não atendia a liberdade democrática. Afirmou também que, o prefeito tinha o "dever de consultar a população à respeito". Para o arcebispo, certas leis não deviam estabelecer barreiras, com a imposição da retirada dos símbolos religiosos, mas sim, estimular a liberdade dos cidadãos. Ele acreditava

que a população deveria ser consultada, para não ser algo tratado como uma determinação, como acabou ocorrendo.

Com isso, trazemos o argumento de Clemildo Anacleto da Silva como uma justificativa à nota do Arcebispo:

A religião tem uma força de influência muito grande na sociedade brasileira, principalmente as vertentes ligadas ao cristianismo. O cristianismo, como religião historicamente hegemônica, continua exercendo poder no que se refere a discussão sobre valores e práticas comportamentais. (Silva, 2015, p.2)

Alguns evangélicos e alguns espíritas foram consultados e entrevistados após a polêmica atitude do prefeito. Nessa entrevista, o pastor Pedro Marques, disse que “seria melhor se o prefeito ouvisse o povo antes”, isto é, para ele essa atitude não foi bem tomada, concordando com o Arcebispo Dom Luciano, quando ele diz que foi uma imposição. Deveria ser algo pensado juntamente com a população e o povo decidiria. Entretanto, o pastor disse que “as imagens não têm muito significado e pouco acrescentam na fé de cada um”, ou seja, remetendo a fama de rigidez dos evangélicos, quanto aos símbolos católicos.

Mazzarelo Mafra, integrante de um grupo espírita, a qual o prefeito seguia, disse que aquele posicionamento do prefeito não condizia com a doutrina, pois lá eles tinham o pensamento de que “tanto faz ter imagem ou não” e ela acreditava que os evangélicos que eram mais rigorosos quanto aos símbolos e imagens religiosas

Pedro Victor Souza Marques (2013), afirma isso quando, em seu texto “A laicidade do Estado e a retirada de símbolos religiosos de repartições públicas” afirma que “a tolerância é fundamental para convivência pacífica em uma sociedade, que muitas vezes pode possuir dezenas de religiões, cada qual com suas características próprias que não podem ser compatíveis entre si”.

Mas, para ressaltar que não somente os cidadãos pertencentes à outras religiões poderiam ser a favor do ex-prefeito, na reportagem acima vemos a entrevista do Padre Claret, que diz que nenhum santo nem Deus ficariam ofendidos com aquela retirada. Ele ainda diz que a população não deveria perceber daquela forma, pois do jeito que estavam fazendo era como se fossem católicos fervorosos e na opinião dele aquilo não era sincero.

Com a presença do Jornal Nacional, diversas pessoas foram entrevistadas, entre elas, duas funcionárias que acataram essa decisão do prefeito e alguns cidadãos ponte-novenses discordantes, que disseram que havia coisas mais importantes a serem feitas e que não fazia sentido “perseguir os santos”, isto é, um repúdio enorme da população.

Houve uma reunião entre o prefeito e os padres das principais paróquias da cidade. E eles diziam que se não fossem atendidos, convocariam a população para manifestações em torno do assunto. E foi exatamente isso que aconteceu. Uma carreata foi marcada por lideranças católicas, a fim de manifestarem toda a insatisfação contra a retirada das imagens sacras dos espaços públicos. Na semana seguinte ao anúncio do prefeito, sobre sua decisão, houve diversas manifestações da população ponte-novense.

Procuramos entrevistar diversos cidadãos da cidade e alguns funcionários da Prefeitura Municipal, cada qual com uma opinião sobre a atitude do prefeito. No total, foram feitas seis entrevistas entre funcionários e cidadãos, além das conversas informais.

Numa entrevista feita com um morador de Ponte Nova, o senhor A. S. M., ocorrida no dia 20 de junho de 2017, ele nos narrou que o padre Senna, até então pároco da Igreja de São Sebastião, principal paróquia da cidade, na qual pertence o Padroeiro de Ponte Nova, São Sebastião, convocou todos os moradores que eram contrários a essa atitude do prefeito, para uma carreata em manifestação, no dia 20 de janeiro, feriado municipal, comemorado o dia do padroeiro. Esse manifesto foi chamado de “Desagravo<sup>19</sup> em honra a São Sebastião”.



Figura 8 – Reportagem da Folha de Ponte Nova, 28/01/2005

<sup>19</sup> Desagravo – 1. Reparação de afronta, de injúria.

2. *jur* reparação de uma ofensa ou dano moral por meio de retratação ou reparação civil. Pode ser acessado em: <http://www.google.com.br/desagravo>

Ele ainda revelou que a população “gritou” muito, para que essa atitude não fosse levada adiante. Os ponte-novenses estavam insatisfeitos e lutaram pelo propósito o qual achavam desnecessário.

Houve um estranhamento enorme da população e dos funcionários, pois o até então candidato a prefeito, não havia feito, em sua campanha, nenhuma menção que isso ocorreria após sua posse. Muitos diziam que se sentiram enganados pelo então prefeito, pois nada daquilo havia sido tratado para o ganho dos votos.

A polêmica perdurou por algumas semanas, e muitos cidadãos decidiram expor sua opinião numa coluna do jornal da cidade, queixando-se do prefeito, da sua decisão, e de que em nenhum momento, durante a campanha eleitoral, foram comunicados sobre isso. O tratavam como radicalista e “anticristo”, ressaltando o quão estavam revoltados.

O ex-vereador Toninho Araújo citou que não deveria haver “desavença por causa de fé”. Nada deveria ser imposto, não era daquela forma que o ex-prefeito iria conseguir seu objetivo. Araújo tinha a total certeza de que não deveria se impor ao algo aos espaços públicos, pois o povo é quem mandava, ou seja, também decidiriam os próximos governantes da cidade.

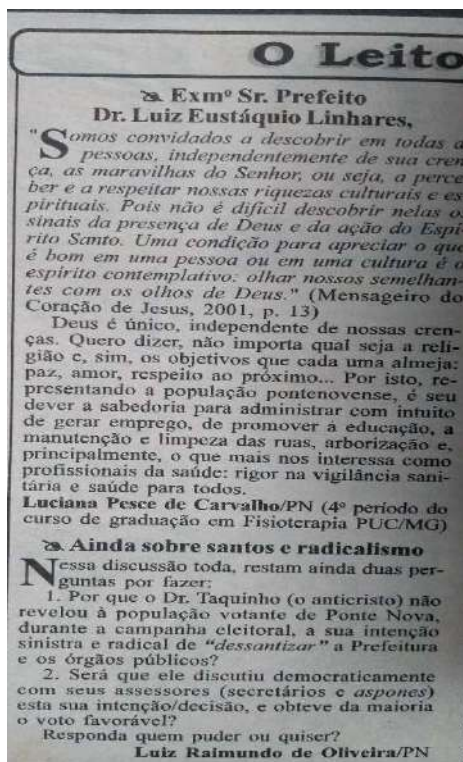


Figura 9 – Coluna “Leitor Escreve” da Folha de Ponte Nova, 28/01/2005





Figura 10 - Folha de Ponte Nova, 18/02/2005

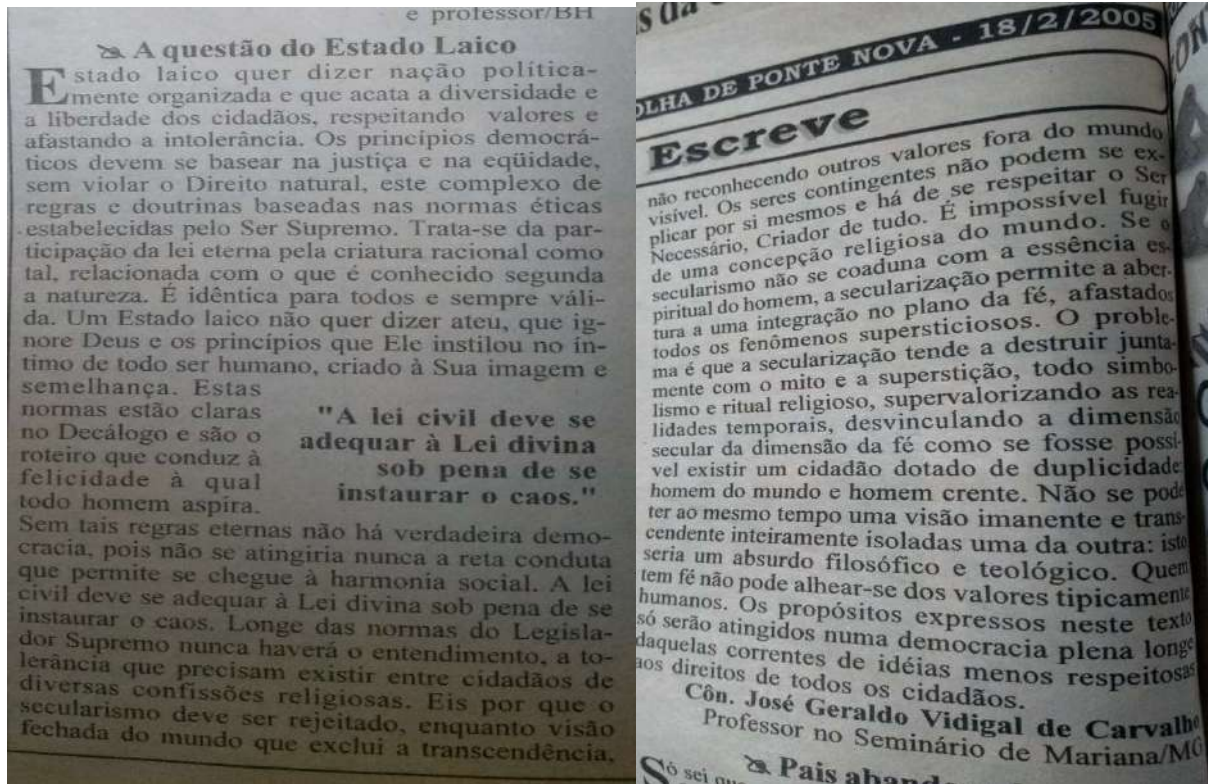


Figura 11 – Coluna “Leitor Escreve” da Folha de Ponte Nova, 18/02/2005

A Secretária de Governo, que compactuava com a ideia do ex-prefeito, também nos concedeu uma entrevista. No dia 28 de setembro de 2017, em um ambiente calmo, aconchegante e fresco, ela contou como foi tratado o assunto na época.

Ela descreveu que o Dr. Taquinho, prefeito de Ponte Nova, gestão 2005/2008, tinha o perfil de um político de “pensamento de vanguarda”, no que se refere aos princípios democráticos de direito. Dessa maneira, com base na Constituição Federal de 1988, que no seu Artigo 19, declara que o Estado brasileiro é laico, ele tomou a decisão de solicitar verbalmente a retirada de todos os símbolos religiosos dos espaços públicos pertencentes a Prefeitura.

Sua posição rezava a CF/88, de que o Estado deveria ser neutro no campo religioso, não apoiando ou discriminando qualquer religião. Entretanto, como tradicionalmente a religião católica está mais consolidada e a maioria dos símbolos pertencia a religião católica, sua posição foi interpretada como se estivesse mandando retirar somente as imagens dos santos do espaço público, porém haviam outros símbolos na sede da prefeitura que pertenciam a outras religiões, como a Budista. Diante da repercussão negativa o prefeito esclareceu seu ponto de vista baseado na CF/88, mas deixou que os símbolos permanecessem.

A polêmica foi tanta que a Lei Orgânica do município de Ponte Nova foi alterada diversas vezes, para ao fim reproduzir parte do art. 19 da Constituição Federal de 1988, reforçando a ideia de que o posicionamento do ex-prefeito tinha por base uma norma constitucional que vedava aos entes federativos o fomento aos cultos religiosos, vejamos:

Art. 6º É vedado ao Município:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento, ou manter, com eles ou seus representantes, relações de dependência ou de aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

Um funcionário da prefeitura, o senhor, O. L. N., também relatou um pouco sobre o caso. Essa entrevista aconteceu em seu ambiente de trabalho, no dia 18 de maio de 2017. Ele preferiu que fosse neste local, pois estava bastante desconfiado e não queria que a entrevista acontecesse em sua casa. Ele disse que havia uma imagem de santo em uma das salas da prefeitura e o prefeito exigiu que jogassem no rio. O funcionário, então, pegou a imagem, a envolveu em um pano, escondeu debaixo da sua mesa e a levou para casa. Sua devoção não permitiu que ele fizesse aquilo.

A entrevista com a senhora E.C, funcionária há anos da prefeitura, foi em sua casa, um ambiente extremamente tranquilo, em meio a seu pomar. Ocorreu no dia 01 de outubro de 2017. Ela disse: “sei que no primeiro dia de mandato já foi mandado retirar de todos os setores, imagens de Santos, time de futebol e retratos de pessoas da família. O que chamou mais a atenção foi a retirada dos Santos. Ele queria um ambiente bem informal, tipo Branco e Preto, sem o cinza.” Essa funcionária lembra que o ex-prefeito era bastante radical quanto às “imagens de santos”, ou seja, ele havia decidido aquilo e ninguém o fazia mudar de opinião.

Parte da população, que não aceitava a atitude do prefeito, disse que ele deveria ter sido mais “discreto”, isto é, não deveria chegar exigindo a retirada dos símbolos religiosos, teria que chegar, conversar e fazer o que queria aos poucos, sem tanta polêmica.

Além disso, muitos funcionários efetivos concordaram com o Taquinho Linhares e tinham a absoluta certeza de que aquela decisão era a melhor coisa que o ex-prefeito poderia fazer pela prefeitura. A maioria dos funcionários que concordaram era de religiões distintas e distantes ao catolicismo. Ficaram satisfeitos com a decisão, pois se sentiam excluídos e desrespeitados com as imagens sacras no ambiente de trabalho.

Uma delas, foi a senhora M. A. F. S., ela concedeu a entrevista no dia 27 de abril de 2018. Ela foi uma das entrevistadas pelo Jornal Nacional, pois era muito a favor dessa

decisão. Disse que “devemos respeitar todas as religiões”. De acordo com a entrevistada, não foram retirados os objetos de devoção dos funcionários e das repartições. E após a divulgação dos meios de comunicação, foi autorizado o retorno dos objetos de devoção. Em um trecho da entrevista ela diz: “Eu sou Budista e meu Mestre prega que devemos respeitar as escolhas dos outros e dialogar sem imposição”. Dessa maneira, ela acredita que o prefeito agiu assim, pois liberou a volta dos símbolos.

Ao final da entrevista, deixou a seguinte mensagem: “Que esse trabalho possa ajudar muitas pessoas que ainda não compreenderam que moramos num país livre de escolha e que é nosso dever respeitar e viver em comunhão”.

As especulações sobre a decisão do então prefeito, direcionou-se para as escolas. A diretora de uma das escolas municipais da cidade de Ponte Nova, disse que a escola a qual era diretora, não preferenciava uma ou outra religião, mas que rezavam todos os dias o “Pai-Nosso”. Não existia oratórios nem crucifixos nas salas de aula e em ambientes comuns a todos os alunos. Havia apenas um na sala da direção, ressaltando que a diretora era católica e que só estava ali, pois esperava-se uma decisão da Secretaria Municipal de Educação. Trataremos, então sobre essa volta dos símbolos, no próximo e último capítulo, concluindo esse trabalho.

### CAPÍTULO III – A VOLTA DOS SÍMBOLOS RELIGIOSOS EM PONTE NOVA

Muito se foi dito na época. Uns contra e outros a favor do ex-prefeito Taquinho Linhares. Hoje em dia, há muita dificuldade das pessoas se manifestarem sobre o assunto, muitos por esquecimento e outros por medo da divulgação das entrevistas.

Claro que foi um assunto bastante polêmico, mas passado algumas semanas a população já nem se importava tanto com aquilo. Surgiram, aliás, diversas outras polêmicas, como o contrato de sua esposa como sua “Assessora Especial”, a briga com o seu vice-prefeito, entre tantas outras, que com certeza, constituiria um novo trabalho.

Entretanto, a intenção do prefeito, de acordo com suas entrevistas, não era de contrariar a população, mas sim de mostrar uma nova forma de trabalho, seguindo fielmente o que a Constituição Federal pregava. Mas, para a maioria da população, ele estava negando a maior religião do Brasil, excluindo Aquele que estaria acima de todos nós, Deus. Sobre isso, trazemos o argumento de Roberto Cipriani, no livro “A religião no Espaço Público – Atores e objetos” que ajuda a entendermos o pensamento e o medo da população:

De qualquer modo, é preciso esclarecer que a laicidade não pode pretender absorver a religião e menos ainda a religião está chamada a destruir a laicidade para não ter adversários na esfera pública. Para chegar a uma conclusão similar, há muito por se fazer no plano da cultura religiosa, assim como na cultura política, no sentido de proporcionar, especialmente às gerações mais jovens – e também aos mais adultos – os critérios para o discernimento suficientemente aprofundado em termos de conhecimento não orientado ideologicamente. (CIPRIANI, 2012, p.15)

Apesar de todo o ocorrido, em torno de dois meses, sabe-se que foi mantido algumas tradições em escolas, como as coroações e as orações no início das aulas, pois o prefeito foi mais flexível em sua decisão de retirar os símbolos religiosos dos espaços públicos. Entretanto, alguns funcionários não “ousaram” retornar com as imagens das suas próprias salas. A funcionária, A. R. G., que concedeu uma das últimas entrevistas, no dia 28 de abril, disse que ela mesmo, por “medo de perder o emprego”, pegou o crucifixo que estava em sua sala e o levou para casa.

Em geral, soube-se que no prédio da Prefeitura Municipal e nas unidades das Secretarias não foi obrigada a retirada dos símbolos religiosos. As imagens que haviam no gabinete do prefeito foram retiradas porque ele acreditava que naquele local, poderia receber

pessoas de todas as crenças e as imagens católicas, estando ali, poderiam ofender aqueles cidadãos.

Durante os quatro anos de mandato seu gabinete continuou da forma que ele decidiu e nas eleições de 2008, o prefeito perdeu para o candidato Joãozinho de Carvalho<sup>20</sup>. As imagens, que causaram tantas polêmicas, retornaram tanto no gabinete, quanto na sala dos funcionários e nas Secretarias, que haviam sido retiradas por receio de serem mandados embora ou perseguidos pelo ex-prefeito.

O ex-prefeito Taquinho após sua derrota nas ruas, concedeu uma entrevista ao Jornal Folha de Ponte Nova, e manteve sua posição. Não acreditou que aquele episódio o fez ser derrotado, pois ele garantiu que agiu corretamente, a partir da Constituição. “Hoje, a maioria é católica, e houve choque. Mas, daqui a alguns anos vão lembrar da nossa gestão como a primeira a atender esta regra da Constituição Federal. ”

Taquinho Linhares tinha a ideia de atender em seu mandato à todas as religiões, tendo em vista o pluralismo religioso emergente. Dessa forma, retirando aqueles símbolos católicos, que tradicionalmente se mantiveram durante vários mandatos, seu governo não ofenderia a nenhum cidadão, ou melhor, ele buscava um governo moderno, e, de acordo com o próprio, “correto”.

Giumbelli em “ A Presença do Religioso no Espaço Público: modalidades no Brasil”, considera e argumenta o que o prefeito buscava. O funcionamento do governo juntamente com todo o pluralismo religioso que se expressavam no Brasil.

Mais importante em suas implicações, ao meu ver, foi a definição que se conferiu ao princípio da “liberdade religiosa”. E, nesse caso, é imperativo destacar que a mesma Igreja Católica que foi contra a separação se colocou a favor da liberdade. A traduzir o princípio, estavam em jogo discussões sobre a autonomia jurídica das associações religiosas. (p. 82, 2008)

---

<sup>20</sup> João Antônio Vidal de Carvalho, mais conhecido como Joãozinho de Carvalho. Em 2008, foi eleito prefeito de sua cidade natal para o quadriênio 2009 — 2012, pelo PTB, com 17.797 votos (53,27%) dos votos válidos. Pode ser acessado em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Joãozinho\\_de\\_Carvalho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Joãozinho_de_Carvalho)



Brasil”, que pode justificar o pensamento dos antigos e atuais prefeitos. Ela diz que “embora tenha perdido legitimidade para organizar o mundo público, a Igreja Católica foi uma importante matriz no processo de constituição da esfera pública no Brasil” (p.64, 2006).

Para finalizar, segue algumas imagens do gabinete após a saída do prefeito, algumas repartições públicas e algumas fotos do atual governo.



Figura 13 - Prefeito Wagner Mól, em uma reunião. Foto: Ascom/Prefeitura Municipal de Ponte Nova. Detalhe do pequeno altar indicado pela seta.



Figura 14 - Prefeito Wagner Mól, em uma reunião. Foto: Ascom/Prefeitura Municipal de Ponte Nova. Detalhe do pequeno altar indicado pela seta.





Figura 15 - Prefeito Wagner Mól, em uma reunião. Foto: Ascom/Prefeitura Municipal de Ponte Nova. Detalhe do pequeno altar indicado pela seta.



Figura 16 - Câmara Municipal de Ponte Nova. Detalhe do crucifixo, indicado, bem aparente.



Figura 17 – Crucifixo, indicado, na Escola Municipal Otávio Soares – Fevereiro de 2018.



Figura 18 – Crucifixo, indicado, na Escola Municipal Doutor José Mariano – Maio de 2018

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a população se revoltou com ex-prefeito, pois achavam que aquela atitude era desnecessária, considerando que a religião católica era a mais praticada pela população ponte-novense. Entretanto, Paula Montero nos propõe a divergência entre as religiões, que poderiam surgir no pensamento da população. Será que se fossem outros símbolos, como os Orixás, a população também se revoltaria com sua retirada?

Com efeito, quando os estudiosos se põem a pensar nas relações entre religiões, secularismo e política tendem a crer que há apenas dois grandes tipos de religião: as religiões que são aptas a desempenhar um papel positivo na esfera pública, basicamente as religiões cristãs, e as religiões que são necessariamente incapazes de fazê-lo, aquelas mais locais, imbuídas de magia ou organizadas em seitas e que, conseqüentemente, deveriam ser excluídas do círculo da aceitabilidade em qualquer sociedade. (MONTERO, 2012, p.174)

A partir de nosso trabalho foi possível perceber que a maioria dos entrevistados, católicos praticantes, só repudiava a tão questionável atitude do então prefeito, pois eram imagens tradicionalmente católicas. Quem era a favor ao prefeito pertencia a alguma outra religião e/ou ateu. Dessa maneira, se reforça o argumento de Monteiro (2012).

Portanto, através dessa pesquisa tentamos mostrar que o ex-prefeito buscava revelar que atender a Constituição a partir do Estado laico não queria dizer que ele se opunha à religião. Taquinho Linhares gostaria de contemplar em seu mandato o Estado neutro, ou seja, tolerância a todos as crenças religiosas como expressão de liberdade e respeito. Porém, a maioria da população da cidade de Ponte Nova não conseguia entender dessa forma. Os ponte-novenses não acreditavam que o prefeito tomaria uma tão polêmica atitude, nos primeiros dias de governo. Para eles, é como se Taquinho Linhares, estivesse “tirando Deus e os seus santos da jogada”.

Apesar de um tão conturbado mandato, ex-prefeito Taquinho, após o término de seu governo, se tornou uma figura querida na cidade e um grande nome para a volta ao gabinete municipal. Concluímos, então, que apesar de o ex-prefeito buscar uma administração evoluída, diferente das outras, aquilo não agradou aos seus eleitores, mas, não fez que seu nome se fizesse esquecido.

Como dissemos na introdução desse trabalho, podemos ter certeza que nosso Estado é sem religião? A Constituição reza que o Estado é laico, mas o seu preâmbulo traz o seguinte enunciado:

"Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte, para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil". (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 05/10/1988)

E as notas do Real apresentam a seguinte mensagem: “Deus seja Louvado”.

Desse modo, ficamos com seguinte questão: Temos um Estado efetivamente laico ou é apenas um discurso bonito?

Sim, o Estado plenamente laico é apenas um discurso. Pois, durante o trabalho notamos e chegamos à conclusão de que há um grande distanciamento entre o Governo e a sociedade. Os cidadãos são excluídos de grande parte das decisões e se sentem “obrigados” a agir de uma forma que talvez não quisessem. E assim aconteceu em Ponte Nova. O prefeito tomou sua decisão, sem pedir a opinião de seus eleitores e acabou fazendo um governo isolado e na opinião de muitos, “arrogante”. Um governo sem apoio da população.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CENEVIVA, Walter. 2005. “As religiões e a constitucionalidade”. *Folha de São Paulo*, 15/10.
- CENEVIVA, Walter. 2000. “Laico, mas nem tanto”. *Folha de São Paulo*, 24/06.
- FEDERAL, Senado. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado**, 1988.
- GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008.
- GIUMBELLI, Emerson. Crucifixos invisíveis: polêmicas recentes no Brasil sobre símbolos religiosos em recintos estatais. *Anuário Antropológico*, n. I, p. 77-105, 2011.
- JÚNIOR, Mauro Pereira. O crucifixo no tribunal do júri: sobre Estado e religião no Brasil. *Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro, v.7, n. 1, p. 5-20, jul. 2009. Semestral. Disponível em: <[www.habitus.ifcs.ufrj.br](http://www.habitus.ifcs.ufrj.br)>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.
- MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira. Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 11, n. 2, 2011.
- MARQUES, Pedro Victor Souza. A laicidade do Estado e a retirada de símbolos religiosos de repartições públicas. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3739, 26 set. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25405>>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.
- MARTINS, Ives Gandra. 2009<sup>a</sup>. “A ditadura do laicismo”. *Folha de São Paulo*, 07/11.
- MONTERO, Paula et al. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião & Sociedade*, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012.
- MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 74, p. 47-65, 2006.
- NALINI, José Renato. 2005. “A cruz e a justiça”. *Folha de São Paulo*, 24/09.
- ORO, Ari Pedro et al. (Ed.). *Religião no espaço público: atores e objetos*. Terceiro Nome, 2012.
- PINTO, Alice Regina et al. *Manual de normalização de trabalhos acadêmicos*. Viçosa, MG, 2010. 88 p. Disponível em: <<http://www.bbt.ufv.br>>. Acesso em: 31 de maio de 2018.
- REVISTA PER. Prefeito manda retirar imagens religiosas. Disponível em: <[http://www.pr.gonet.biz/kb\\_read.php?num=107&head=1](http://www.pr.gonet.biz/kb_read.php?num=107&head=1)>. Acesso em: 08 de agosto de 2017.

SCHWARTZMAN, Hélio. “Crucifixos na berlinda”. 2009<sup>a</sup>. Folha Online, 13/08. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartzman/ult510u608704.shtml>>.

Acesso em: 22 de agosto de 2017.

SILVA, Clemildo Anacleto. Símbolos religiosos em espaços públicos: para pensar os conceitos de laicidade e secularização. **Numen**, v. 19, n. 2, 2016.

SILVA, Clemildo Anacleto. Religião e Laicidade: a presença de símbolos religiosos em espaços públicos. 2015.

STERNICK, Daniel. Crucifixos e Tribunais: sobre o problema dos símbolos religiosos no espaço público brasileiro. **Departamento de Direito–PUC-Rio**, 2007.

TRINDADE, Alexsandro Silva. O Estado laico e os símbolos religiosos. Disponível em: <<http://temalegal.blogspot.com.br/2012/03/o-estado-laico-e-os-simbolos-religiosos.html>>.

Acesso em: 22 de agosto de 2017.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. Laicidade Estatal tomada a sério. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 13, n. 1830, 5 jul. 2008. Disponível em:

<<https://jus.com.br/artigos/11463>>. Acesso em: 22 de agosto de 2017.

## ANEXOS

### Anexo 1

Posição	Estado	Porcentagem de católicos	Religião predominante
1	Piauí	87,93%	Catolicismo
2	Ceará	81,08%	
3	Paraíba	80,25%	
4	Sergipe	79,96%	
5	Maranhão	78,04%	
6	Alagoas	72,3%	
7	Santa Catarina	73%	
8	Rio Grande do Norte	73,98%	
9	Minas Gerais	73,32%	
10	Bahia	71,39%	
11	Rio Grande do Sul	71,37%	
12	Amapá	70,89%	
13	Mato Grosso	70,63%	
14	Tocantins	70,60%	

<b>Posição</b>	<b>Estado</b>	<b>Porcentagem de católicos</b>	<b>Religião predominante</b>
15	Paraná	69,82%	
16	Amazonas	67,68%	
17	Pará	66,55%	
18	São Paulo	66,12%	
19	Goiás	65,42%	
20	Pernambuco	63,84%	
21	Mato Grosso do Sul	63,70%	
22	Espírito Santo	57,04%	
23	Distrito Federal	55,88%	
24	Rondônia	52,89%	
25	Acre	50,73%	
26	Rio de Janeiro	49,83%	
27	Roraima	46,78%	

**ANEXO 1** - Fonte: Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas



**ANEXO II****ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

- 1-) Você era funcionário da prefeitura naquela época? Ou somente morador da cidade?
- 2-) O que achou dessa reação do ex-prefeito?
- 3-) Você acha que ele deveria ter agido de outra forma?
- 4-) Você considera essa atitude do ex-prefeito, Taquinho, como intolerância religiosa?
- 5-) Conte-me como se deu esse episódio.